



## Redução de jornada é corte de atendimento e morosidade de processos

O relator da chamada "PEC Emergencial" na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), apresentou na última terça-feira, 10, parecer favorável à matéria, com substitutivo. O texto prevê redução de 25% da jornada de trabalho dos servidores públicos federais, com adequação salarial. De acordo com a equipe do ministro Paulo Guedes, a mudança representaria economia de R\$ 7 bilhões ao ano, entretanto o que é central na proposta é a diminuição do atendimento ao público e da velocidade de andamento de processos internos.

Para a Condsef/Fenadsef, a questão corporativa salarial é menos importante do que as consequências que a sociedade de fato vai encarar. Se hoje existe precarização dos serviços públicos e morosidade de processos, a situação vai se agravar com o corte de um quarto do disponível atualmente na administração pública. "O que vislumbramos é um futuro caótico para a sociedade", comenta o Secretário-geral da entidade, Sérgio Ronaldo da Silva.

### Funcionalismo estagnado

A pesquisa Atlas do Estado Brasileiro, realizada pelo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgada recentemente, comprova que o funcionalismo público se expandiu nas últimas décadas em nível municipal. Em âmbito federal, hoje o Brasil tem praticamente a mesma quantidade de servidores que tinha na década de 1980, apesar do aumento populacional e da demanda por serviços públicos gratuitos e de qualidade.

Levantamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coloca o Brasil entre aqueles que têm menos servidores públicos em relação ao total de pessoas empregadas e em relação à população economicamente ativa.

Estudo divulgado pelo Banco Mundial mostrou que trabalhadores da iniciativa privada recebem metade dos salários pagos pelo setor público. A Condsef/Fenadsef ressalta entretanto que, apesar das notícias divulgadas terem criticado supostos privilégios do setor público, o problema está nas baixas remunerações pagas pelas empresas privadas, que exploram a força de trabalho dos brasileiros. De acordo com pesquisa mensal do Dieese, remuneração mínima necessária nes-

te 2019 deveria ter sido de R\$ 4.126,62.

A PEC Emergencial, cuja votação ficou para 2020, pretende congelar o salário mínimo nominal, que hoje está abaixo de mil reais.

### Atos

Neste fim de semana, 450 dirigentes sindicais vindos de todo o Brasil se reunirão na capital federal para o XIII Concondsef e para o IV Confenadsef, instâncias máximas de deliberação da categoria dos servidores públicos federais. Na ocasião, reforma administrativa, redução de jornada de trabalho dos servidores, privatizações em massa de empresas estatais, revogação do Teto de Gastos e construção da Greve Geral de 18 de março, além de outras ações, devem ser os temas principais dos debates.

Antes da abertura solene dos congressos, delegados já instalados em Brasília realizarão ato a partir das 11 horas, na porta do Bloco P do Ministério da Economia, de onde o ministro Paulo Guedes despacha. Este é só o início da onda de protestos que certamente marcará o ano de 2020 em defesa do patrimônio público.

Fonte: Condsef



## Guedes joga o povo contra servidores para justificar privatização do serviço público

O ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, anunciou que a estabilidade dos servidores públicos concursados será mantida de acordo com a avaliação que a população vai fazer do atendimento prestado por eles, além da avaliação de desempenho feita pelos gestores públicos. Esse é um dos itens da reforma Administrativa prevista para o próximo ano.

O ministro tenta induzir os brasileiros a acreditar que a piora na qualidade do serviço é culpa dos trabalhadores e não da falta de investimentos, congelados por 20 anos desde a aprovação da Emenda Constitucional 95. Os equipamentos de quem atende a população estão velhos e danificados e os servidores não têm condições de trabalho, disse recentemente ao PortalCUT o Coordenador-Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - Sindsep-PE, José Carlos Oliveira.

“A pessoa que vai dar entrada no Seguro-Desemprego, por exemplo, espera por horas e quando chega a sua vez o servidor diz que não tem sistema, que a internet caiu, essa pessoa se revolta, não entende que o problema está na falta investimento. Só sabe que o serviço é ruim. Então, é melhor privatizar mesmo”, explica o dirigente para quem o plano do governo é privatizar tudo.

Todas as declarações do ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro são no

sentido de continuar uma campanha desenfreada para que a população hostilize os servidores e considerem o serviço privado melhor, complementa o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva.

“Ele sabe que a maioria dos servidores públicos que atende a população, que são os profissionais de saúde, os que trabalham em postos do INSS, do ministério do Trabalho, são servidores explorados, mal remunerados. Não dar para estarem sorridentes todos os dias”, desabafa.

Para Sérgio Ronaldo, a medida é mais uma prova de que Paulo Guedes entende muito de juros e de bancos, mas não entende nada da administração pública.

Segundo ele, de 70 a 73% dos servidores federais não têm

nenhuma conexão direta com a população. Trabalham em atividades chamadas “meios” e, portanto, a população nem sabe quem eles são e o que fazem.

O ministro da Economia pensa que a administração pública funciona como uma farmácia ou um pequeno supermercado, onde o “seu João” muda a forma como administra seu negócio na hora que bem entende, diz Sérgio Ronaldo.

“Paulo Guedes joga palavras ao vento para colocar a população contra os servidores. O que ele faz é constranger toda uma categoria que já passou por diversos governos e continua fazendo o seu trabalho porque entende que o seu verdadeiro patrão é o povo brasileiro”, afirma o secretário-geral do Condsef.

Fonte: CUT



# ATENÇÃO\*

Informamos aos nossos filiados que, em virtude de um erro no sistema de consignações, não foi realizado o desconto da mensalidade sindical na parcela do 13º salário dos nossos associados. Avisamos ainda que em função disso o referido desconto será feito no próximo pagamento no início de janeiro junto com a contribuição normal do mês.

Pedimos desculpas pelos transtornos, agradecemos a compreensão dos nossos filiados e esperamos confiantes que essa falha não volte a acontecer.

## A DIREÇÃO